

"ATINGE BASTANTE O CORAÇÃO": CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS E SOFRIMENTO SOCIAL DOS ATINGIDOS

"IT REALLY HITS THE HEART": HYDROELECTRIC PLANTS CONSTRUCTION AND SOCIAL SUFFERING OF THE PEOPLE AFFECTED

"AFECTA MUCHO AL CORAZÓN": CONSTRUCCIÓN DE HIDROELÉCTRICAS Y SUFRIMIENTO SOCIAL DE LOS AFECTADOS

*Carmem Regina Giongo**

*Jussara Maria Rosa Mendes***

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as transformações nos modos de vida e de trabalho da população remanescente atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá, no Sul do Brasil, e as interfaces desse processo com o sofrimento social e ambiental. O estudo, de cunho qualitativo, fundamentou-se na pesquisa participante. Foram entrevistadas 43 pessoas atingidas pela construção da barragem. Os dados obtidos foram submetidos à análise temática de Minayo. Os resultados da pesquisa apontaram que, após o enchimento do reservatório, a população investigada vivencia a perda do rio, a extinção do trabalho rural, a falta de acesso à água potável, à energia, aos meios de transporte, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho, gerando um intenso sofrimento, que se expressa pelo desânimo coletivo, a tristeza, a solidão e a insegurança.

Palavras-chave: Justiça social. Fontes de energia. Saúde mental.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the changes in living and working conditions of the remaining population affected by the construction of Itá hydroelectric power plant in southern Brazil as well as the relations between this process and social and environmental suffering. The qualitative study was based on participant research. Forty-three people affected by the construction of Itá hydroelectric power plant were interviewed. Data were submitted to Minayo's thematic analysis. The results of the research showed that after the reservoir filling the researched population experienced the loss of the

Texto recebido em 24 de agosto de 2019 e aprovado para publicação em 3 de dezembro de 2019.

* Pós-doutora em Antropologia pela Université Paris Nanterre (França), pós-doutoranda em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutora pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense, no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), no qual recebeu o prêmio de menção honrosa no Prêmio Capes de Tese 2018, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2. *E-mails:* carmemgiongo@fevale.br ca.aiesec@gmail.com

** Pós-doutora em Serviço Social pela Universität Kassel (Alemanha), doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq - nível 1a.

river, extinction of rural work, lack of access to potable water, energy, means of transportation, health, education, leisure and work, which lead to an intense suffering expressed through collective discouragement, sadness, loneliness and insecurity.

Keywords: Social justice. Power sources. Mental health.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las transformaciones en las formas de vida y de trabajo de la población remanente afectada por la construcción de la hidroeléctrica de Itá, nel Sur de Brasil, y las relaciones de este proceso con el sufrimiento social y ambiental. El estudio, de tipo cualitativo, se fundamentó en la investigación participativa. Se entrevistaron a 43 personas afectadas por la construcción de dicha represa, y los datos alcanzados fueron sometidos a un análisis temático. Los resultados demostraron que tras el llenado del embalse la población experimenta la pérdida del río, la extinción del trabajo rural, la falta de acceso a los servicios básicos, a la salud, a la educación y al ocio, generando un sufrimiento intenso que se expresa a través del desánimo colectivo, de la soledad y de la inseguridad.

Palabras clave: Justicia social. Fuentes de energía. Salud mental.

1. INTRODUÇÃO

A pesar de o sofrimento social e ambiental não aparecer como categoria central nos estudos que investigam as populações atingidas pela construção de hidrelétricas, trata-se de um elemento que perpassa muitos dos danos e prejuízos apontados pela literatura. As populações atingidas sofrem por serem obrigadas a deixar seus territórios e, conseqüentemente, devido a quebras dos vínculos sociais, prejuízos socioambientais, danos à saúde, injustiças sociais e ambientais, abandono do poder público e privado, conflitos emergentes e precarização do trabalho e da vida (Agostini & Bergold, 2013; Vainer, 2008; World Commission on Dams, 2000; Zhouri et al., 2016).

Em meio a debates sobre o tema e a partir de estudos desenvolvidos em regiões degradadas do ponto de vista do meio ambiente, Auyero e Swistun (2009) conceituaram o sofrimento ambiental como uma forma particular de sofrimento social, causado por ações poluidoras ou que geram danos ao meio ambiente por atores concretos. Nesse processo, o sofrimento é percebido do

ponto de vista individual, por meio do corpo e da subjetividade, mas também do ponto de vista coletivo, afinal, as situações de sofrimento são compreendidas como construções sociais atreladas a contextos de injustiças praticadas pelos grandes empreendimentos e também aos modos como os sujeitos vivem e experienciam sua dor e os elementos que a produzem. Diante disso, os autores reforçam a necessidade de apresentar os indivíduos sofredores como pessoas dignas de consideração por parte do poder público e da sociedade civil (Auyero & Swistun, 2009; Medina, 2014). Além disso, ao longo de seus estudos, os autores observaram que o sofrimento relacionado ao meio ambiente está fortemente vinculado à perda de referenciais e de marcos sociotemporais em nível de discurso e de prática. Nessa articulação, deve-se considerar que, em um contexto de catástrofe, de desastre ou de degradação ambiental, diversos são os entes que sofrem, envolvendo desde o território até as edificações e as pessoas.

Diante do exposto, a este trabalho interessa o aprofundamento das perspectivas que concebem o sofrimento como uma construção social, articulado diretamente às esferas política, cultural, ambiental e econômica de determinado contexto. Considerar o sofrimento e, portanto, a saúde mental como fruto do social é também retirá-lo do campo individual e transformá-lo em uma categoria política, vinculada aos direitos humanos (Furtos, 2007). Em razão disso, não apenas a Psicologia, mas também a Sociologia, a Antropologia e diversas outras áreas do conhecimento têm atuado no desenvolvimento de estudos relativos ao tema e na construção de categorias teóricas que contribuam para esse debate.

Assim, concebe-se a saúde mental com base em um conceito ampliado e diretamente atrelado à garantia dos direitos humanos e a condições dignas de vida e trabalho, afinal “um ambiente que respeite e proteja os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais é fundamental para a promoção da saúde mental”; sem segurança e sem liberdade, a promoção da saúde mental torna-se prejudicada (Organização das Nações Unidas, 2016). Para apoiar essas diferentes articulações, *são utilizadas as perspectivas de autores como* Furtos (2007, 2008) e Auyero e Swistun (2009), que fundamentam a abordagem do sofrimento social problematizando a banalização dessa vivência em determinados coletivos.

É com base nesses pressupostos teóricos que serão problematizadas, neste artigo, as vivências das populações atingidas pela implantação de barragens hidrelétricas. No Brasil, o sistema hídrico, implantado por meio da construção de barragens hidrelétricas, tem sido historicamente a principal fonte de geração de energia. Sabe-se que o País está situado entre os 24 países que produzem 90% de toda a energia disponível no mundo (Agência Nacional de Energia Elétrica, 2015) e que ocupa o segundo lugar no *ranking* de maior capacidade hidrelétrica instalada (89 gigawatts), montante superado apenas pela China (280

gigawatts) (Ren21, 2015). Sessenta e cinco por cento de toda a energia produzida nacionalmente advêm das mais de 2 mil barragens construídas, que produziram deslocamentos estimados de, no mínimo, um milhão de pessoas (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2014; Rothman, 2008).

Para viabilizar tais projetos, o discurso dos benefícios do crescimento econômico, da “sustentabilidade” e do “progresso” é adotado por governos e por instituições como justificativa para a concessão de incentivos fiscais e flexibilização da legislação ambiental (Giongo et al., 2015). Entre os argumentos utilizados favoráveis à construção de hidrelétricas estão a produção de energia limpa, renovável e de baixo custo (Agência Nacional de Energia Elétrica, 2015). Assim, mesmo diante das inúmeras evidências acerca dos danos socioambientais e da violação de direitos humanos provocados pelos empreendimentos hidrelétricos, as categorias “energia limpa”, “de baixo custo” e “renovável” são naturalmente empregadas para caracterizar essas obras.

Nas palavras de Vainer (2007, p. 133), territórios e populações inteiras “são entregues a um punhado de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, do setor minero-metalúrgico-energético, em nome de um desenvolvimento cujos custos e benefícios não têm sido adequadamente medidos” nem distribuídos, gerando um processo sistemático de injustiça ambiental. Diante disso, há uma necessidade emergente de desconstruir a imagem da hidroeletricidade como energia sustentável (International Rivers, 2012), atribuindo visibilidade aos danos sociais e ambientais, assim como à saúde dos atingidos.

Nesse contexto, estão os empreendimentos hidrelétricos do rio Uruguai, mapeados ainda durante a ditadura militar e implantados nas décadas seguintes. Diante do importante potencial hidrelétrico de sua bacia, foram planejadas 32 barragens, sendo que, atualmente, existem 22 usinas em operação ou em construção e cerca de 149 instalações inventariadas (Rocha & Pase, 2015). A Hidrelétrica de Itá, localizada entre os Estados de Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS), é um desses empreendimentos. A barragem entrou em operação no ano de 2000 e atingiu cerca de 15 mil pessoas, em sua maioria agricultores (Tractebel, 2001). A obra é considerada pela literatura um exemplo entre os empreendimentos hidrelétricos nacionais, especialmente devido à luta para as conquistas no processo de reparação de danos. Esse campo de conflitos e avanços na garantia de direitos contribuiu diretamente para a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens nacional (MAB) (Rocha & Pase, 2015). Ante esses elementos e tomando-se como foco o caso da Hidrelétrica de Itá, esta investigação buscou compreender as transformações nos modos de vida e de trabalho da população remanescente atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá e as interfaces desse processo com o sofrimento social e ambiental.

2. METODOLOGIA

2.1. Delineamento

O percurso metodológico proposto para este estudo foi inspirado na perspectiva sócio-histórica apresentada por Minayo (2014). Nesse processo, entende-se que uma investigação deve considerar todas as etapas de pesquisa e os conteúdos investigados como fenômenos sociais, historicamente construídos e condicionados, em que o tema trabalhado, os participantes, o pesquisador, as relações e as técnicas utilizadas encontram-se também implicados nesse artifício. Com base em tais pressupostos, esta pesquisa foi construída a partir de um delineamento exploratório-descritivo, com metodologia qualitativa (Minayo, 2014).

2.2. Participantes

Este estudo teve como foco a população remanescente atingida pela construção da Hidrelétrica de Itá e localizada a montante da barragem. Participaram do estudo 43 sujeitos, 20 mulheres e 23 homens, com idade média de 58,3 anos. Quanto à escolaridade, 65,1% dos participantes não concluíram o ensino fundamental. Todos os participantes da pesquisa acompanharam a construção da hidrelétrica investigada e o enchimento do reservatório. Entre os entrevistados, havia agricultores e agricultoras, representantes políticos, professoras das comunidades rurais remanescentes, pecadores, comerciantes, profissionais da saúde que atuavam na região, gestores da hidrelétrica e integrantes do MAB.

2.3. Instrumentos

Uma importante estratégia de aproximação e de conhecimento da realidade investigada foi a observação participante. Definida como um processo no qual o pesquisador se insere em um determinado contexto e se envolve com as pessoas e suas atividades, a observação participante é considerada, antes de um método, uma estratégia que permeia toda a investigação (Flick, 2004). Inserindo-se nas práticas sociais dos sujeitos da pesquisa, além de se tornar parte do contexto pesquisado, o pesquisador modifica o meio e também é constantemente modificado por ele. Além disso, foi empregada a técnica de entrevista narrativa, reconhecida como uma importante estratégia de resgate das histórias de vida e das histórias sociais (Jovchelovitch & Bauer, 2013). A técnica é caracterizada pela não utilização do esquema pergunta-resposta, justamente por preconizar a livre narração do entrevistado.

2.4. Procedimento de coleta de dados

No período de fevereiro a dezembro de 2016, foram realizadas observações participantes, entrevistas e análises documentais nas comunidades localizadas no entorno do reservatório da hidrelétrica investigada. A inserção envolveu os 11 Municípios atingidos pela barragem de Itá. Esse processo demandou a presença sistemática da pesquisadora no campo investigado. Primeiramente, foram realizadas observações e participações em eventos comunitários, visando a conhecer a população atingida e a apresentar os objetivos da pesquisa. Posteriormente os próprios moradores passaram a auxiliar na pesquisa, indicando novos participantes, apresentando a região e acolhendo a pesquisadora em suas comunidades. As entrevistas foram realizadas nas residências dos participantes, em centros comunitários, igrejas e escolas. No fim do estudo, todas as comunidades receberam retorno dos resultados da pesquisa. As devoluções ocorreram em escolas e centros comunitários das comunidades participantes do estudo. Destaca-se que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (parecer número 1.096.632). Visando a preservar a identidade dos entrevistados, os nomes usados ao longo deste artigo são fictícios.

2.5. Procedimentos de análise de dados

A técnica empregada para a análise dos dados coletados foi a “análise temática”, que consiste em delimitar os núcleos de sentido que integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico (Minayo, 2014). Do ponto de vista operacional, essa análise desdobra-se em três etapas principais: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento e interpretação dos dados. Com base nesse processo, os resultados obtidos foram organizados em quatro categorias, que serão apresentadas na seção de análise e discussão dos resultados.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. “Aonde que a água pega, termina o lugar”: a destruição das comunidades e as perdas socioculturais

Os registros oficiais da Hidrelétrica de Itá apontam que os primeiros estudos acerca da viabilidade do empreendimento foram desenvolvidos entre os anos de 1966 e 1969. Em razão de mudanças no governo brasileiro, o projeto ficou estagnado até que, em 1985, a região novamente entrou na agenda energética, sendo considerada a mais atrativa entre as diversas usinas projetadas na bacia do

rio Uruguai. Em agosto de 1995, o empreendimento foi viabilizado por uma parceria entre a Eletrosul e empresas privadas inseridas no projeto mediante licitação (Tractebel, 2001). Esse grupo formou o Consórcio de Itá, mas, com a privatização de uma parte da Eletrosul, em 1998, a Usina Hidrelétrica de Itá passou a pertencer totalmente ao setor privado (Tractebel, 2001).

A Hidrelétrica de Itá está localizada em terras dos Municípios de Aratiba, no Rio Grande do Sul, e de Itá, em Santa Catarina, no curso principal do rio Uruguai, divisor dos dois Estados (Tractebel, 2001). O enchimento do reservatório foi iniciado em dezembro de 1999, e a hidrelétrica entrou em operação em 2000. O projeto custou 2 bilhões de reais, com potência instalada de 1.000 a 3.000 megawatts (MW) e com reservatório de 141 km² (Observatório Socioambiental de Barragens, 2014). A Tractebel Energia, maior geradora de energia privada do Brasil, é a atual responsável pelo empreendimento. A construção da hidrelétrica atingiu 3.560 famílias, das quais 827 sofreram deslocamento compulsório e foram reassentadas em oito áreas distintas, distribuídas entre os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (Tractebel, 2000). Além disso, algumas famílias receberam cartas de crédito e deixaram a região, enquanto outras permaneceram residindo no entorno do reservatório.

O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e de seus afluentes, atingiu terras de 11 Municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul; e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba, em Santa Catarina (Tractebel, 2001). Entre os 11 Municípios que tiveram seus territórios atingidos pelo empreendimento, os espaços afetados, total ou parcialmente, foram 2 sedes municipais (Itá e Marcelino Ramos), 4 sedes distritais, 32 núcleos rurais, 15 equipamentos isolados (escolas, cemitérios, campos de futebol, centros comunitários), 3.563 propriedades, além de redes de infraestrutura viária, elétrica e telefônica. Muitas dessas estruturas comunitárias foram reconstruídas nas regiões remanescentes localizadas no entorno do reservatório.

Nesse contexto, os participantes da pesquisa relatam que, depois do enchimento do reservatório, que provocou o esvaziamento da região devido à saída das famílias para os reassentamentos ou para regiões urbanas, e da inviabilidade produtiva de muitas propriedades, mesmo os núcleos rurais reconstruídos pela empresa responsável pela hidrelétrica estão em condições muito precárias ou em processo de desaparecimento.

As comunidades rurais atingidas pela construção da barragem de Itá, que eram formadas, anteriormente, por 60 ou 70 famílias, hoje têm 13, 6, 5 famílias. É comum a presença de casas, igrejas e salões de festas abandonados, antigos

campos de futebol tomados pelos animais que se alimentam da grama, pequenas estradas inacessíveis e cobertas pela vegetação, espaços comerciais fechados e longos caminhos de terra sem qualquer residência. Os relatos que retratam essa situação são inúmeros: “É um lugar que não. . . Que acabou!” (Paulo, comunicação pessoal, 22 de abril de 2016); “Fecharam a barragem e aí aconteceu, aí fechou. Aí a água foi subindo. . . Agora esse lugar aqui, eu vou lhe contar uma coisa, terminou. . . Terminou!” (Paulo, comunicação pessoal, 22 de abril de 2016); “A comunidade aqui se esfacelou, acabou, né!” (Álvaro, comunicação pessoal, 30 de maio de 2016).

Diante disso, muitos entrevistados relatam que houve um “desânimo” coletivo, o que contribuiu para a dificuldade de manutenção das práticas sociais. Apesar de as abordagens do sofrimento social e ambiental não trabalhar diretamente com a denominação “depressão social”, é possível perceber, em algumas comunidades estudadas, um processo coletivo intenso de desesperança, apatia e dificuldade de ação diante da realidade vivenciada.

Além disso, a infraestrutura das comunidades rurais do entorno do reservatório é precária. As estradas, por exemplo, todas de chão, em muitos trechos impossibilitam a circulação de veículos, mantendo alguns moradores totalmente inacessíveis. Assim, inúmeras vilas estão isoladas, com cerca de 30 km de distância da cidade mais próxima. Na maioria das regiões, os ônibus coletivos deixaram de circular em consequência da falta de pessoas e da precariedade das estradas. As escolas fecharam, e algumas igrejas já não realizam missas e cultos. Ademais, os moradores que restaram relatam uma profunda transformação cultural, social e também de utilização do território. Com a formação do reservatório e com o aumento da oferta de terrenos, muitas pessoas da cidade compraram lotes de terra para a construção de *campings* ou de casas de lazer para uso nos fins de semana. Com o aumento do movimento, em algumas áreas, também houve aumento na violência e na ocorrência de roubos. Os entrevistados comentam que a cultura não é a mesma; as pessoas da cidade não participam da vida na comunidade, geralmente trazem comida e bebida da cidade e não contribuem com o desenvolvimento local.

Em virtude disso, surgem a solidão dos moradores que restaram e a fragilização dos vínculos sociais. As práticas culturais, como filós (reunião de vizinhos para troca de alimentos e convivência), festas e práticas religiosas vinculadas às igrejas, às atividades escolares, ao esporte (geralmente futebol), e as trocas de visitas são exemplos de encontros sociais que estão desaparecendo. Dulce (comunicação pessoal, 7 de julho de 2016) contou que “Primeiro tu ia lá. Era aquela igreja lá embaixo, na beira do lago. Era uma turma que vinha, era um monte de gente. Agora tem dois, três na igreja, e o padre para rezar a missa”. Os

entrevistados relatam que as perdas sociais são inestimáveis e que contribuem para o isolamento, a tristeza e a solidão. Como afirmou Álvaro (comunicação pessoal, 30 de maio de 2016): “A vida social das comunidades morreu toda”. Oscar (comunicação pessoal, 20 de agosto de 2016) complementou dizendo: “A perda social é incrível, não tem preço, eu acho, que pagaria isso”.

Cabe destacar também pelo menos dois elementos que representam a amplitude da injustiça social e ambiental sofrida por essa população: apesar de residirem a poucos metros de um reservatório de água com mais 141 km² e ao lado de uma hidrelétrica com potência instalada de 1.000 a 3.000 MW, são recorrentes a falta ou a má qualidade da água e da energia, impedindo o acesso a redes de telefonia e internet, e limitando o uso de eletrodomésticos e de equipamentos de trabalho. Alguns entrevistados exemplificaram: “E não tem qualidade de energia. Quando tem que tirar o leite da vaca, tem que desligar o chuveiro, tem que desligar o *freezer*” (Leandro, comunicação pessoal, 27 de março de 2016); “Eu acho que foi o ano passado, teve comunidades no interior de Aratiba que ficaram quatorze dias sem energia” (Lucas, comunicação pessoal, 16 de abril de 2016).

A falta de água e de infraestrutura, de modo geral, decorrente da instalação da barragem, aponta para a necessidade de um acompanhamento longitudinal dos efeitos provocados por um empreendimento dessa envergadura. Apesar de a construtora ter cumprido os requisitos legais de reparação, como reassentamento da população e a construção dos núcleos rurais para as famílias que permaneceram, não houve acompanhamento longitudinal dos danos.

Dessa forma, percebe-se que, após sofrerem os impactos provenientes do empreendimento, as comunidades atingidas vivenciaram e vivenciam o abandono pelas políticas públicas. Assim, os moradores dessas regiões rurais descrevem o local como um deserto, um deserto de água, um deserto de pessoas. Aqueles que permaneceram, ficaram isolados, sozinhos: “Dos moradores antigos, não tem mais ninguém. O resto. . . Foram embora. Quem não morreu foi embora” (Maria, comunicação pessoal, 14 de maio de 2016); “Aonde tu vai só tem água” (Leila, comunicação pessoal, 5 de março de 2016); “Mudou, que ficou tipo deserto, né!” (Vânia, comunicação pessoal, 7 de agosto de 2016). Os próprios entrevistados relatam que ninguém imaginava que o esvaziamento das comunidades seria tão grande e que o isolamento das famílias que permaneceram vivendo no entorno do reservatório não foi previsto, discutido ou problematizado na época da construção do empreendimento. Mário (comunicação pessoal, 22 de abril de 2016) contou: “Ninguém levantou esse problema de isolamento, isso aí é uma questão pública. . . Ninguém quer enxergar isso aí. Só quem enxerga

é ela, que está fazendo um estudo da faculdade, que vai levar para a faculdade, senão ninguém ia saber”.

Estudos anteriores demonstraram que o deslocamento compulsório destrói o tecido social, dismantelando padrões de organização e laços sociais. Nesse processo, as redes informais de apoio são profundamente interrompidas, apresentando-se como importante risco à saúde mental. Cernea (1997) problematiza esses efeitos do ponto de vista da perda do capital social, alertando que esses danos dificilmente são percebidos e compensados pelos programas reparatórios. As afirmações desse autor são confirmadas pelos dados identificados nas entrevistas realizadas, destacando-se que os prejuízos reais da perda dos laços sociais e comunitários são sentidos a longo prazo.

3.2. “Olha, menina, essas águas são pra morte, não pra vida”: o rio silenciado e o desequilíbrio ambiental

Os inúmeros danos ambientais provocados pela construção de hidrelétricas têm sido descritos e problematizados por diversos estudos nacionais e internacionais (International Rivers, 2012; Movimento dos Atingidos por Barragens, 2014; Observatório Socioambiental de Barragens, 2014; Pase et al., 2014; Rocha, 2014; Rothman, 2008; Sieben & Cleps Junior, 2012; Vainer, 2007). No entanto, uma das contribuições dos participantes deste estudo foi mostrar as articulações entre esses danos e a saúde, o trabalho, as práticas culturais e sociais. Para eles, a morte do rio e do meio ambiente pode ser percebida por diversos elementos que transformaram profundamente suas relações com o território e com a natureza. Com o enchimento do reservatório, o rio, que antes se movimentava e era tido como espaço de vida por meio dos peixes e do fornecimento de água, tornou-se profundo, largo e perigoso. A pesca passou a ser controlada e legalizada. O uso da água tornou-se restrito: não é possível nadar e, em muitos locais, até mesmo a utilização de caíques e barcos tornou-se perigosa.

Diante dessas diferentes perdas, os sujeitos da pesquisa relatam que as águas do reservatório são águas mortas, que perderam a vida, que destruíram o rio Uruguai: “Essa vida, ela é interrompida, por exemplo, assim a questão da própria pesca do próprio peixe do rio Uruguai era a nossa subsistência, de certa forma, né! Nós não temos mais a vida que o rio Uruguai tinha” (Álvaro, comunicação pessoal, 30 de maio de 2016). Com profundidades que variam entre 30 e 100 metros, os moradores têm medo de se afogar e evitam a aproximação com o reservatório. Destaca-se que, em nenhum espaço de todo o entorno do reservatório da hidrelétrica estudada, foram identificadas sinalizações quanto à profundidade do lago ou com qualquer outra informação protetiva. O reservatório caracteriza-

se pela presença de águas aparentemente calmas e tranquilas, aumentando o risco de afogamento. Outro importante fator que alterou a relação da população com rio, hoje lago, foi a plantação extensiva de espinhos em diversos trechos. Na perspectiva dos participantes, a vegetação espinhosa e alérgica serve como uma barreira de acesso à água. Élio (comunicação pessoal, 23 de abril de 2016) explicou: “Hoje aqueles que moram perto não podem nem chegar no lago, inclusive eles plantaram uma vegetação que ninguém chega, é uma vegetação alta e dá puro espinho. Ninguém chega”.

Assim, se anteriormente os moradores da região tinham acesso livre ao rio, atualmente o uso da água foi legalizado, regulamentado: “Morreu tudo. Para tu pescar de um lambari de varra, para tu comer, tem que ir escondido, se eles enxergar, é piracema e não sei o que. . . Não, pode não pode” (Maria, comunicação pessoal, 14 de maio de 2016). Leandro, uma das lideranças do MAB também contribuiu com o debate:

Eles tinham o rio, acesso livre pra pescar, andar de bote, tomar banho, hoje não existe mais isso. . . Hoje, pra colocar um barquinho, uma rede, um anzol, tem que pedir permissão para tudo, Fepam [Fundação Estadual de Proteção Ambiental] pega, tem que estar se escondendo (Leandro, comunicação pessoal, 27 de março de 2016).

Convém destacar que outro aspecto bastante enfatizado pelos entrevistados é o desequilíbrio ambiental representado pela presença e, ou, proliferação de espécies de animais, insetos e peixes. Entre as mudanças, observaram-se o aumento de algumas espécies de peixe enquanto outras desapareceram; a invasão de animais, como macacos e quatis; e a infestação de formigas e mosquitos. As perdas das paisagens também são questionadas. Espaços naturais preciosos para os moradores hoje são acessados apenas pela memória, por fotos e filmes. Ademais, todos os participantes descreveram alterações climáticas, invernos mais frios e verões mais quentes, além do aumento considerável da neblina.

Em virtude dos fatos mencionados, grande parte dos entrevistados demonstra forte descontentamento quando alguém fala da beleza do lago. Alguns agricultores preferem não olhar para a água do reservatório, como se estivesse contaminada. Como dizia o senhor Oscar (comunicação pessoal, 20 de agosto de 2016): “Olha, menina, essas águas são pra morte, não pra vida”. É a partir desse conjunto de transformações e de perdas que os entrevistados evidenciam que não apenas o rio e suas espécies de peixes e de vegetação sofreram desequilíbrios, mas todas as outras diversas formas de vida, incluindo a vida humana.

Com base nos dados apresentados, ressalta-se a importância da construção de análises das transformações e dos danos ambientais como fatores diretamente atrelados à saúde mental e física das populações atingidas pela construção de

hidrelétricas. Os estudos ambientais comumente tratam os impactos ambientais como elementos dissociados da vida humana e das práticas sociais, culturais e de trabalho. Desse modo, é comum que os projetos ambientais desenvolvidos pelas hidrelétricas e as políticas reparatórias excluam o homem da dinâmica ambiental. Todavia, observou-se que, enquanto a Hidrelétrica de Itá trata o meio ambiente como uma categoria isolada da sociedade, os participantes da pesquisa apontam para uma indissociabilidade entre a vida, o trabalho, a saúde e o meio ambiente.

3.3. “A água engoliu a terra”: precarização e extinção do trabalho rural

No caso da Hidrelétrica de Itá, além do alagamento de 141 km² de terras produtivas, com o esvaziamento e o empobrecimento das comunidades rurais, os pequenos agricultores acabaram vendendo suas terras para grandes empresários ou para produtores de alimentos. Em outros casos de venda de terras, os pequenos agricultores mudaram-se para a cidade ou permaneceram isolados em suas comunidades. Oscar (comunicação pessoal, 20 de agosto de 2016) explicou que, antigamente, toda a região “Era muito produtiva, assim, uma região de alta produção. No Uruguai antigo, tinha aquelas várzeas, isso dava milho que era uma loucura, né! Era a produção agrícola”.

Conforme relatos do vice-prefeito e dos vereadores entrevistados, a redução considerável da produção agrícola nos Municípios atingidos pela construção da hidrelétrica resultou em perdas inestimáveis de impostos. O vereador Pedro (comunicação pessoal, 2 de março de 2016) comentou: “As famílias que saíram deixaram não só de produzir e gerar impostos com a produção, mas deixaram de comprar e negociar e gerar dinheiro. E não tem, vai recuperar como?”. Em alguns Municípios, o retorno financeiro que recebem da geração de energia é reinvestido em estratégias para manter o que restou da população rural. Associado a isso, os entrevistados observam redução da mão de obra, visto que os moradores mais idosos é que permaneceram.

Entre os agricultores que permanecem na atividade rural, a dificuldade também se assenta na redução dos espaços ocupáveis e produtivos. De modo geral, em razão da elevação do rio, a margem destinada para a preservação ambiental aumentou consideravelmente. Além disso, houve uma perda concreta e imensurável de terras produtivas e de fontes de água potável, essenciais para a manutenção da produção agrícola.

Além das inúmeras normativas ambientais e da redução dos espaços produtivos, em razão da precariedade do acesso aos moradores que permaneceram, muitas empresas responsáveis pela compra e distribuição de alimentos e animais (aves, suínos, leite e gado) deixaram de transitar nas comunidades. Outro aspecto

marcante nas falas dos entrevistados foi a intensificação do trabalho após a mudança para os novos terrenos e para as comunidades. Eles explicam que, apesar das indenizações, era preciso preparar as novas terras, roçar, adubar, limpar. Essa sobrecarga de trabalho contribuiu diretamente para o desenvolvimento de doenças osteomusculares, afinal, no meio rural, o processo de preparação das terras para o cultivo pode demandar anos de trabalho.

Não apenas as atividades rurais foram afetadas, os pequenos comércios, que mantinham a movimentação nas comunidades, e o acesso a bens e serviços também estão desaparecendo devido ao esvaziamento da região. Em muitos casos, esses locais empregavam jovens, filhos de agricultores, contribuindo para a permanência desses grupos no meio rural.

Diante do abandono e da redução gradativa dos postos de trabalho, muitos moradores que ficaram presenciaram a desvalorização de suas terras com o passar dos anos. Atualmente, alguns entrevistados mostram um forte desejo de vender suas propriedades e até mesmo lamentam o fato de, na época, não terem investido na cidade ou não terem sido totalmente atingidos. Para os agricultores entrevistados, permanecer em suas comunidades de origem foi, na verdade, um castigo, um dano ainda maior. Em uma visita à casa de uma das famílias participantes do estudo, a agricultora Leila (comunicação pessoal, 5 de março de 2016) falou: “O bom seria, assim, se pudessem atingir a gente também”. Sem condições financeiras de deixar a região, ela se sente obrigada a permanecer em um local abandonado. Em situação similar, a agricultora Eliana (comunicação pessoal, 25 de junho de 2016) contou que, se sua família pudesse, também já teria deixado a comunidade onde vive. No entanto, por possuir apenas uma propriedade muito desvalorizada devido à falta de acesso, são obrigados a continuar trabalhando e vivendo naquele espaço.

Como consequência da desvalorização das terras e da falta de compradores, muitos agricultores acabam vendendo suas propriedades por valores muito inferiores aos praticados pelo mercado. Leno (comunicação pessoal, 18 de setembro de 2016) diz que “vendeu tudo fora”, não teve outra opção. Ele complementou: “Tive que abandonar. Tacou de escapar de lá, não dava. . . Quero ver se eu vendo o resto que sobrou, eu estava pedindo dez, mas eu vendo por cinco”. De modo geral, os agricultores entrevistados relatam a extinção gradativa do trabalho rural, acompanhada pela sobrecarga, pela precarização das relações trabalhistas e pela desvalorização de suas terras.

3.4. “Atinge bastante o coração”: a morte dos atingidos e a banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental

Estudos internacionais realizados com populações que sofreram deslocamento compulsório na China têm demonstrado uma associação direta entre a experiência vivenciada e o aumento dos índices de depressão e de adoecimento (Cao et al., 2012). Neste estudo, grande parte dos entrevistados define sua situação como “isolado”, “sozinho”, “abandonado”, “aborrecido”. Nas narrativas, por exemplo, a palavra “morte” foi recorrente, utilizada para falar do movimento reivindicatório que morreu, das pessoas que morreram, das plantas, das comunidades, da produção rural, das relações de amizade e vizinhança, do rio Uruguai, dos peixes e dos afogamentos no lago. Em uma única entrevista, as palavras “morre” ou “morreu” foram repetidas 16 vezes.

Nesse contexto, o isolamento é social, mas é também político, territorial e econômico. Nele o sofrimento social se apresenta por meio da ausência do reconhecimento do outro, do abandono do Estado e da banalização da injustiça, enquanto o sofrimento ambiental surge dos danos à natureza, dos desequilíbrios ambientais, da perda do rio, da terra e dos espaços naturais. Percebe-se, como sugere Barus-Michel (2003), que a injustiça concentra o sofrimento, enquanto a ausência do reconhecimento revela uma morte social. Os próprios entrevistados deparam-se com a falta de apoio diante dos problemas vivenciados: “Vai pedir ajuda pra quem”? (Leno, comunicação pessoal, 18 de setembro de 2016). Algumas falas contribuem para o entendimento desse processo: “A gente parece que fica meio perdido. Isolado. Fica grilado. . . Sozinho, sem rumo. Ficou feio. É estranho, não tem mais gente. . .” (Hermes, comunicação pessoal, 2 de julho de 2016); “Na verdade, é isolamento que tem. . . Por isso que eu digo que o cara é, tipo, isolado” (Rui, comunicação pessoal, 29 de junho de 2016). Nesse sentido, os participantes da pesquisa percebem uma relação direta entre o processo de abandono e a fragilização da saúde física e mental.

Como consequência do isolamento social, da perda do trabalho, do esvaziamento das comunidades, das perdas sociais e culturais, da perda dos amigos, familiares, vizinhos e dos danos ambientais, os sentimentos mais descritos pelos entrevistados foram os de tristeza, desânimo, aborrecimento e depressão. Em outras palavras, os entrevistados dizem que a construção da barragem “desnordeou” a todos, “interrompeu a vida”, “desfacelou” as comunidades”. Entre essas vivências, a depressão por causa das mudanças sofridas merece destaque: “O que tu encontra mais, assim, é o povo com depressão. . . Depressão. . . Depressão porque nada mais dá certo, muita depressão” (Júlia, comunicação pessoal, 20 de junho de 2016).

Com prejuízos ao acesso a serviços de saúde, políticas públicas protetivas ou apoio político, jurídico e sindical para o enfrentamento dos diversos problemas vivenciados em suas vidas e em suas comunidades, o sofrimento social e ambiental se apresenta mediante a própria morte dos atingidos. Álvaro (comunicação pessoal, 30 de maio de 2016) explicou que todo esse processo de perda do lugar onde viveram por várias gerações pode ser comparado ao rompimento do cordão umbilical: “Houve um rompimento, esse cordão umbilical se rompeu”. Assim, o entrevistado exemplificou, para aqueles que não vivem no campo, o modo como a terra, o meio ambiente e o território se apresentam como extensão do próprio corpo, como parte integrante da identidade. Romper esse elo significou, além de sofrer, romper a vida, interromper a vida. Com relação a isso muitos entrevistados trouxeram relatos de suicídios cometidos por familiares e amigos: “Tinha gente que se enforcou. Bastante gente, que se enforcou. Vê que tem que abandonar tudo ali. A mulher, a mãe do Altair da Dioniza, se enforcou ali também na ilha, ela se matou” (Maria, comunicação pessoal, 14 de maio de 2016); “Quando começou, assim, falar da barragem, ir atrás de indenizar pessoas, falar que iam indenizar, que começou os problemas. Daí começo as pessoas ficarem doente, depressão nas pessoas, que morreram, não sabia aonde ia, ia fazer o que, né?” (Mário, comunicação pessoal, 22 de abril de 2016); “É, mas tem gente que foi embora dali e foi na cidade, comprou e não sei se não se acostumou e se enforcou, né! Se enforcou lá na cidade” (Maria, comunicação pessoal, 14 de maio de 2016); “A família tava com a mudança carregada, carregando hoje a mudança para sair de madrugada, foram achar o marido, achar aonde ele estava, ele estava enforcado embaixo do porão. A pressão, a mudança carregada, não sabia aonde ir, entendeu?” (Leandro, comunicação pessoal, 27 de março de 2016); “Só lá na minha comunidade, tiveram quatro pessoas que se tiraram a vida. . . A pessoa que nasceu lá, se criou lá, não esquece, e aí vem a depressão. Pessoas muito próximas. . . chegaram ao extremo de se tirar a vida” (Pedro, comunicação pessoal, 2 de março de 2016).

A partir do exposto, cabe ressaltar a importância e a urgência da criação de instrumentos e métodos de avaliação dos aspectos de saúde física e mental nos estudos ambientais realizados ao longo do processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Além disso, é preciso que os estudos de acompanhamento das comunidades atingidas e as políticas reparatórias sejam longitudinais, considerando a sobreposição dos danos provocados pelo empreendimento.

Do ponto de vista da saúde mental, destaca-se que, para os agricultores entrevistados, o território aparece como uma extensão do corpo e da identidade, como espaço de vida, de trabalho, de relações sociais, de lutas e de intenso

investimento subjetivo. Perder esse território e, mais ainda, vê-lo submerso, é também perder uma parte de si. Nesse sentido, apesar da abordagem ainda incipiente do sofrimento ambiental, o aprendizado obtido com os sujeitos da pesquisa sobre a indissociabilidade entre subjetividade, meio ambiente, trabalho e relações culturais e sociais aponta para a extrema relevância do termo e também para a necessidade de ampliação dos conceitos já empregados por Auyero e Swistun (2009)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o contexto vivenciado pelas comunidades rurais remanescentes atingidas pela construção da Hidrelétrica de Itá mostra-se marcado pela injustiça e pelo sofrimento social e ambiental. Dezessete anos após o enchimento do reservatório, a população investigada presencia o agravamento dos danos decorrentes do empreendimento nas diversas esferas da vida. Haja vista tal situação, destaca-se que o processo intenso de precarização e abandono vivenciado pelas comunidades participantes da pesquisa, além do previsto, não foi objeto de políticas públicas ou projetos reparatórios.

Não obstante, diante do debate aqui proposto, pode-se afirmar que as categorias “energia limpa” e “renovável”, utilizadas para caracterizar a produção de energia hidrelétrica, estão baseadas em frágeis argumentos, que consideram apenas a emissão de gases de efeito estufa e a renovabilidade da água. Por sua vez, a categoria “baixo custo” sustenta-se por meio da violação dos direitos humanos e da flexibilização da legislação ambiental. Afinal, implantar políticas compensatórias consistentes, justas e capazes de reparar os reais impactos e os custos sociais e ambientais provocados por esses empreendimentos implicaria não somente a elevação do preço da energia, mas também uma mudança total na racionalidade vigente. Trata-se da racionalidade que não representa apenas uma abordagem teórico-conceitual, mas que atende aos interesses do capital e do sistema de privilégio de uma minoria. É, portanto, uma racionalidade ideologicamente orientada para o mercado, contrapondo-se às demandas e às necessidades sociais decorrentes desse processo.

No que se refere às limitações da investigação, podem ser citadas:

- a) a vasta delimitação territorial da pesquisa, impedindo o aprofundamento histórico de todas as comunidades participantes da investigação;
- b) o número reduzido de participantes que ocupam cargos políticos na atualidade e, ou, na época de construção da barragem; e

- c) a falta de análise de indicadores gerais que caracterizassem as regiões investigadas, como índices de educação, saúde, mortalidade, emprego e acidentes.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Energia Elétrica. (2015). *Atlas de energia elétrica do Brasil* (3a ed.). Aneel.
- Agostini, A. M., & Bergold, R. C. (2013). Vidas secas: energia hidrelétrica e a violação dos direitos humanos no Estado do Paraná. *Veredas do Direito*, 10(19), 167-192.
- Auyero, J., & Swistun, D. A. (2009). *Flammable: environmental suffering in an Argentine Shantytown*. Oxford University Press.
- Barus-Michel, J. (2003). Sofrimento e perda de sentido: considerações psicossociais e clínicas. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 4, 54-71.
- Cao, Y., Hwang, S. S., & Xi, J. (2012). Project-induced displacement, secondary stressors, and health. *Social Science & Medicine*, 74(7), 1130–1138.
- Cernea, M. M. (1997). Impoverishment risks, risk management, and reconstruction: A model of population displacement and resettlement. In *UN Symposium on Hydropower and Sustainable Development*. (pp. 24-56), Beijing, China.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (2a ed.). Bookman.
- Furtos, J. (2007). Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origine sociale. *Mental'idées*, 11(9), 78-99.
- Furtos, J. (2008). Introduction être dérangé par le social. In J. Furtos, *Les cliniques de la précarité*. (pp. 1-8). Congrès de Psychiatrie et de Neurologie de Langue Française.
- Giongo, C. R, Mendes, J. M. R., & Santos, F. K. (2015). Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas. *Serviço Social & Sociedade*, 123, 501-522.
- International Rivers. (2012). *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: oportunidades e desafios*. International Rivers.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2013). Entrevista narrativa. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 64-136). Vozes.

- Medina, L. C. (2014). El sufrimiento en la catástrofe: orientaciones para una agenda de investigación en perspectiva relacional. *Revista Márgenes: Espacio Arte y Sociedad*, 11(15), 49-56.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Movimento dos Atingidos por Barragens. (2014). *MAB denuncia violação de direitos e perseguição a defensores de direitos humanos*. <https://www.terraedireitos.org.br/noticias/noticias/mab-denuncia-violacao-de-direitos-e-perseguiacao-a-defensores-de-direitos-humanos/15182>
- Observatório Socioambiental de Barragens. (2014). *Transformações socioambientais da barragem de Itá*. <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/19/ita>
- Organização das Nações Unidas. (2016, 10 de outubro). *Saúde mental depende de bem-estar físico e social, diz OMS em dia mundial*. Nações Unidas Brasil. <https://brasil.un.org/pt-br/74566-sa%C3%BAde-mental-depende-de-bem-estar-f%C3%ADsico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20OMS%20afirma,de%20transtornos%20mentais%20ou%20defici%C3%AAscias>
- Pase, H. L., Linhares, B., & Matos, I. O. B. (2014). As políticas compensatórias e a satisfação dos atingidos por hidrelétricas. In *9º Encontro da ABCP*. ABCP.
- Ren21. (2015). *Renewables 2015 Global Status Report*. <http://www.ren21.net/status-of-renewables/global-status-report/>
- Rocha, H. J. (2014). O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. *Tempo Social*, 26(1), 1259-1280.
- Rocha, H. J., & Pase, H. L. (2015). O conflito social e político nas hidrelétricas da bacia do Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(88), 99-115.
- Rothman, F. D. (2008). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. UFV.
- Sieben, A., & Cleps, J. C., Junior. (2012). Política energética na Amazônia: a UHE Estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO). *Sociedade e Natureza*, 2, 183-196.
- Tractebel. (2000). *Itá: memória de uma usina*. Acervo local do CDA da Hidrelétrica de Itá.

- Tractebel. (2001). *Plano diretor: Reservatório UHE de Itá e seu entorno*. http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2Bcom%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401
- Vainer, C. B. (2007). Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, 21(59), 119-137.
- Vainer, C. B. (2008). Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In F. D. Rothman, *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. (pp. 39-62). UFV.
- World Comission on Dams. (2000). *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development*. University of New York.
- Zhour, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., & Santos, A. F. (2016). O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, 68(3), 36-40.